



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho  
Secretaria de Trabalho  
Subsecretaria de Inspeção do Trabalho  
Coordenação-Geral de Segurança e Saúde no Trabalho  
Coordenação de Fiscalização e Projetos  
Portuário e Aquaviário

## DESPACHO

**Processo nº 12105.100632/2021-16**

Trata-se do Ofício nº 214/2021/SE-MME, oriundo da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia, por meio do qual solicita a este Ministério da Economia a análise dos temas afetos à sua competência, referentes às contribuições coletadas durante consulta pública realizada sobre o Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos -Promar, instituído por meio da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética nº 10/2020.

De acordo com o documento, os objetivos do programa contemplam a criação de condições para a revitalização dos campos marítimos maduros e de melhores condições para o aproveitamento econômico de acumulações de petróleo e gás natural consideradas como de economicidade marginal. Como resultado dessa política, espera-se o melhor aproveitamento dos recursos petrolíferos nacionais, o aumento no pagamento das participações governamentais, a geração de empregos e a ampliação da indústria de bens e serviços voltados para a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas marítimas.

Especificamente quanto à competência desta Subsecretaria de Inspeção do Trabalho, destaca-se o tema nº 7 do Anexo II - Planilha (Documento 16200947), abaixo transcrito:

### **Descrição do Tema**

Transparência, estabilidade e segurança jurídica em operações conjuntas de fiscalização (Ex: Operação Ouro Negro) Justificativa: Em que pese o esforço do Governo Federal para criar um ambiente atrativo para novos investimentos no setor de petróleo e gás aliado a um momento no qual cresce a disposição da Petrobras para efetivar seus processos de desinvestimento, interdições de ativos como as realizadas pela Ouro Negro – imediatamente após os processos de cessão e/ou relacionadas a pendências anteriores à gestão dos novos operadores – cria uma situação de insegurança jurídica capaz de afugentar novos investidores. As operadoras independentes compreendem a necessidade de os órgãos que possuem atribuição de regular e fiscalizar a indústria estarem reunidos na forma de uma organização para debater e planejar ações conjuntas. Entretanto, entendem também que há necessidade de que essa atuação conjunta seja estruturada por diretrizes estratégicas e regulatórias, além de fiscalizadoras. A partir da efetivação do processo de desinvestimento da Petrobras e chegada de novas operadoras no mercado, a Ouro Negro ganha maior responsabilidade e destaque. Dessa forma, e estabelecida a relação direta da Operação com o objetivo do Governo de criar um ambiente receptivo para novos investimentos, é fundamental que a Ouro Negro amplie seu escopo de atuação e que operações similares adotem a mesma premissa – se necessário através de diretrizes do CNPE.

### **Medidas Propostas**

Adoção de diretriz construtiva e estratégica – não apenas fiscalizatória e punitiva – para a Operação Ouro Negro e similares, permitindo o compartilhamento de melhores práticas, negociações para regularização de pendências e apresentação de propostas e soluções de melhoria operacional.

Planejamento para que auditorias/vistorias conjuntas ocorram imediatamente antes – ou mesmo durante, desde que não prejudique a celeridade do processo – das inciativas de cessão de ativos, protegendo cessionários de sanções referentes a momentos anteriores a sua operação.

**Instituições envolvidas:**

Instituições participantes da Operação Ouro Negro.

Inicialmente, cumpre informar que a Inspeção do Trabalho integra o Acordo de Cooperação Técnica Ouro Negro, que foi assinado em dezembro de 2018 por diversas instituições públicas com o objetivo de fomentar o trabalho conjunto de auditoria e fiscalização das atividades de exploração e produção de petróleo e gás nas águas jurisdicionais brasileiras, com vistas a preservar o meio ambiente, a segurança, a saúde e o bem estar dos trabalhadores, no âmbito de atuação das entidades envolvidas, e a buscar a eficiência nas atividades integradas destas entidades, atuando de forma coordenada e com uma visão sistêmica no setor.

As operações em conjunto dos Órgãos envolvidos conferem maior segurança jurídica às empresas, na medida em que o entendimento entre todas as instituições integrantes harmonizam sua atuação. E as regras com base nas quais estas instituições atuam já são de amplo conhecimento das empresas e referem-se às suas respectivas obrigações institucionais e competências.

Ressalta-se que o Acordo de Cooperação Técnica não interfere ou prejudica as atribuições legais de cada uma das instituições envolvidas. Nesse sentido, especificamente no que diz respeito às atribuições da Inspeção do Trabalho, vale lembrar que o Decreto 4552/2002 dispõe ser competência dos Auditores Fiscais do Trabalho verificar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à saúde no trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego, bem como expedir notificações, lavrar autos de infração, propor medidas de embargo e interdição, dentre outros.

A competência para ministrar orientações e informações técnicas às pessoas sujeitas à Inspeção do Trabalho deve anteder aos critérios da oportunidade e conveniência, considerando os normativos vigentes, e não se sobrepõem ou mesmo substituem as atribuições fiscalizatórias da Inspeção do Trabalho.

Registre-se, ainda, que não compete a este Órgão, assim como à Operação Ouro Negro, a definição e propositura de soluções operacionais para as empresas, mas tão somente verificar se as soluções adotadas atendem às disposições legais aplicáveis. Por outro lado, nada impede que as próprias empresas confeccionem materiais orientativos a partir da troca de experiências e boas práticas, entretanto estes materiais não vinculam a atuação das instituições públicas.

Quanto ao processo de cessão de ativos, é de fundamental importância que as empresas se atenham à integridade dos ativos maduros que negociarem, em especial às questões relativas à segurança e saúde do trabalhador, de forma a evitar a obrigatória e incisiva atuação da Inspeção do Trabalho, uma vez que a empresa cessionária assume todos os ônus e riscos decorrentes do exercício da atividade econômica, inclusive no que diz respeito a possíveis penalidades por irregularidades encontradas.

À consideração superior.

Brasília, 14 de junho de 2021.

Documento assinado eletronicamente

LIDIANE PIRES ANTONELI

Auditora Fiscal do Trabalho

De acordo. Encaminhe-se à STRAB/SIT.

Documento assinado eletronicamente  
MARCELO NAEGELE  
Coordenador Geral de Segurança e Saúde

De acordo. Encaminhe-se à STRAB.

Documento assinado eletronicamente  
RÔMULO MACHADO E SILVA  
Subsecretário de Inspeção do Trabalho



Documento assinado eletronicamente por **Romulo Machado e Silva, Subsecretário de Inspeção do Trabalho**, em 16/06/2021, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Naegele, Coordenador(a)-Geral**, em 16/06/2021, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Pires Antoneli, Auditor(a) Fiscal do Trabalho**, em 16/06/2021, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **16431799** e o código CRC **95028C12**.